

§ 5º - A partir da data do recolhimento, os documentos digitais sob a custódia do APERJ serão considerados originais para todos os fins.

Art. 5º - O APERJ somente receberá conjuntos documentais em sua sede após criteriosa avaliação de que os mesmos possuem caráter permanente e/ou que estejam ancorados nos instrumentos de gestão vigentes, com comprovação de que os prazos de guarda e destinação dos documentos foram observados, e que estão previstos para serem recolhidos.

Art. 6º - É de responsabilidade do órgão ou entidade solicitante apresentar destinação de recursos humanos, materiais e financeiros necessários à consecução dos procedimentos previstos nesta Portaria, bem como adotar as providências necessárias para garantir a integridade do seu acervo, e providenciar o transporte da documentação até as dependências do APERJ.

§ 1º - O transporte do acervo citado no caput deverá ser realizado em veículo fechado, estando os documentos calçados e protegidos de maneira a evitar perda, deslocamento, molhamento por chuva e depósito de sujidades.

§ 2º - O transporte deverá ser acompanhado, obrigatoriamente, por um funcionário responsável alocado no órgão ou entidade de origem.

§ 3º - A entrega do acervo ao APERJ será realizada em data e horário previamente agendados.

Art. 7º - Os conjuntos documentais produzidos em meio digital, mantidos fora de um sistema de informação, que possuem valor de prova e informação, do gênero imagético, audiovisual, sonoro ou iconográfico a serem recolhidos, deverão estar devidamente organizados e identificados, em mídia ou suporte adequado, acompanhados de instrumento descritivo próprio.

Parágrafo Único - Os documentos digitais produzidos e mantidos em sistemas de informação, de valor permanente, também deverão ser recolhidos ao APERJ, mediante procedimento específico a ser elaborado, tendo em vista o respeito à cadeia de custódia para um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq).

Art. 8º - Os documentos digitais deverão ser entregues em forma não criptografada ou descriptografada.

§ 1º - Poderá ser utilizado o recurso de criptografia, ou outros recursos de restrição de acesso, para documentos sensíveis no momento do transporte/envio por motivos de segurança, desde que seja assegurando o acesso no momento do recebimento pelo APERJ.

§ 2º - Após o recebimento dos documentos digitais, o APERJ deverá realizar procedimentos preliminares de segurança antes do armazenamento definitivo dos documentos digitais, iniciando com a alocação dos documentos digitais em área específica de quarentena, em equipamentos especialmente designados para tal fim pela área de tecnologia da informação e o desfazimento das mídias de transporte; após, realizará, no ambiente de quarentena, a verificação de presença de códigos maliciosos (vírus); em seguida aloca os documentos digitais em área de armazenamento permanente.

Art. 9º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2021

ALEXANDER DE CARVALHO MAIA

Diretor-Geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

ANEXO ÚNICO

MODELO F - LISTAGEM DE RECOLHIMENTO DE DOCUMENTOS

LISTAGEM DE RECOLHIMENTO DE DOCUMENTOS

<ÓRGÃO/ENTIDADE> <UNIDADE/SETOR>				LISTAGEM Nº <00>	
CÓDIGO	TIPOLOGIA	DATA-LIMITE	UNIDADE DE ARQUIVAMENTO		OBSERVAÇÕES
			QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	

Rio de Janeiro, <Dia> de <Mês> de <Ano>.

<Nome do Responsável>
Responsável pelo Recolhimento
<ID Funcional><Nome do Responsável>
Presidente da Comissão de Gestão de Documentos
<ID Funcional>

Id: 2328740

PORTARIA APERJ Nº 60 DE 16 DE JULHO DE 2021

INSTITUI A CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO NO ÂMBITO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - APERJ, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - APERJ, instituição vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o constante no Processo nº SEI-150163/000005/2021,

CONSIDERANDO:

- que a Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a participação, a proteção e a defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela Administração Pública;

- que a Lei Estadual nº 6.052, de 23 de setembro de 2011, institui a Carta de Serviços ao Cidadão, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, ficando sob a responsabilidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo a sua elaboração e divulgação;

- que o Decreto Estadual nº 46.836, de 22 de novembro de 2019, o qual regulamentou a operacionalização da Carta de Serviços ao Cidadão, estabelecida nos termos da Lei Estadual nº 6.052, de 23 de setembro de 2011, prevê que seja divulgado pelos órgãos da estrutura da Administração Estadual informações sobre sua missão, finalidade, serviços prestados, forma de acesso e organograma;

- que a Carta de Serviços se trata de um documento elaborado por uma organização pública com a finalidade de divulgar os serviços que disponibiliza para a sociedade, fortalecer a confiança e a credibilidade da sociedade na Administração Pública e garantir o direito do cidadão de receber serviços em conformidade com as suas necessidades;

- a importância de cumprir o objetivo de informar, com transparência, os mecanismos de comunicação, os serviços prestados e as formas de acesso, bem como simplificar, aprimorar e disponibilizar os meios de acesso à comunicação ao usuário do APERJ;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Carta de Serviços ao Cidadão, no âmbito do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ.

Art. 2º - A Carta de Serviços ao Cidadão tem por objetivo informar com transparência os mecanismos de comunicação, os serviços prestados, as formas de seu acesso, a sua obtenção, os requisitos e procedimentos necessários, os prazos praticados, bem como os respectivos compromissos de atendimento com o usuário de todos os serviços oferecidos pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ.

Parágrafo Único - O inteiro teor do documento aprovado e ora instituído ficará disponível no endereço eletrônico <http://www.aperj.rj.gov.br/>, onde constam todas as informações e contatos necessários ao perfeito atendimento do cidadão.

Art. 3º - A Carta de Serviços ao Cidadão será objeto de atualização, divulgação permanente, de fácil acesso ao público em sítio oficial e nos locais de atendimentos realizados pelo APERJ.

§ 1º - As atualizações que se fizerem necessárias serão realizadas pela Comissão instituída por meio da Portaria APERJ nº 50, de 18 de novembro de 2019, baseada no monitoramento das atividades e a avaliação do cidadão e da sociedade em relação aos serviços prestados, disponibilizando a data da atualização mais recente.

§ 2º - Deverá ser obrigatoriamente indicada, no rodapé do documento, a data de sua atualização.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 16 de julho de 2021

ALEXANDER DE CARVALHO MAIA
Diretor-Geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Id: 2328741

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 854 DE 16 DE JULHO DE 2021

ALTERA E CONSOLIDA A COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o constante dos autos do processo nº SEI-120211/001069/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar e consolidar a Comissão de Gestão de Documentos, instituída pela Portaria PRODERJ/PRE nº 828, de 19 de março de 2021.

Art. 2º - A Comissão de Gestão de Documentos possui as seguintes competências:

I - atuar no mapeamento das atribuições e identificar os tipos documentais produzidos pelo órgão para elaboração do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos, instrumentos que permitirão a adequada classificação e avaliação dos tipos produzidos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI-RJ;

II - manter atualizados, sob orientação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ, seus instrumentos de gestão de documentos, tais como o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos;

III - implementar as normas e procedimentos de gestão documental, estabelecidos nos manuais de gestão de documentos, protocolo e redação oficial;

IV - gerenciar os procedimentos de seleção e destinação de documentos, a partir das tabelas de temporalidade aprovadas pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ;

V - orientar os setores do PRODERJ em relação ao cumprimento de normas e procedimentos técnicos estabelecidos pelo Sistema de Arquivos do Estado do Rio de Janeiro - SIARQ-RJ;

VI - produzir Relatórios de Classificação dos Documentos solicitados com base na Lei de Acesso à Informação e no Decreto Estadual nº 46.475/2018.

Art. 3º - A Comissão de Gestão de Documentos, sob a presidência do primeiro, será composta pelos seguintes servidores:

I - Thiago Augusto Soares, ID nº 5100079-2;

II - Larissa da Costa Barroso, ID nº 5098876-5;

III - Karoline Santos de Miranda Pereira, ID nº 5107635-7;

IV - João Lopes Filho, ID nº 2821637-7;

V - João Eduardo Villela Meireles, ID nº 5109016-3;

VI - Nathália Valle Ayres Fontes, ID nº 5110679-5.

Art. 4º - A Gestão de Documentos terá como finalidade revisar, avaliar e consolidar procedimentos de arquivo de documentos e protocolo, na esfera do PRODERJ, obedecendo ao disposto no Decreto nº 44.414, de 27 de setembro de 2013, ou na legislação que vier a substituí-lo.

Art. 5º - A Comissão sempre deverá se adequar aos novos dispositivos normativos relativos à gestão de documentos e acesso à informação.

Art. 6º - Da presente Portaria será dado conhecimento imediato ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 24 de maio de 2021.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2021

JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR

Presidente

Id: 2328650

CONSELHO DELIBERATIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO ATOS DO PRESIDENTE

RESOLUÇÃO CD Nº 09 DE 19 DE JULHO DE 2021

DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 184/2018, e do art. 5º, da Resolução CD nº 2/2019, tendo em vista o que consta nos Processos nºs SEI-120228/000127/2020, SEI-120228/000125/2020, SEI-120228/000129/2020 e SEI-120228/000199/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a vacância de Jairo Souza Santos Junior, membro do Conselho Consultivo, na qualidade de representante do Poder Legislativo do Município do Rio de Janeiro, a contar de 30/6/2021.

Art. 2º - Designa Pedro Duarte e Rogério Amorim como membros do Conselho Consultivo, na qualidade de representantes do Poder Legislativo do Município do Rio de Janeiro, a contar de 30/6/2021.

Art. 3º - Designa Priscila Haidar Sakalem e Riley Rodrigues de Oliveira como membros do Conselho Consultivo, na qualidade de representante do Poder Executivo Estadual, a contar de 30/6/2021.

Art. 4º - Designa Marcus Cavalcante Pereira Leal como membro do Conselho Consultivo, na qualidade de representante do Ministério Público Estadual, a contar de 30/6/2021.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições que lhe sejam contrárias.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2021

CLÁUDIO CASTRO
Presidente

Id: 2328681

RESOLUÇÃO CD Nº 10 DE 19 DE JULHO DE 2021

POSTERGA PARCIALMENTE A DELEGAÇÃO SOBRE SANEAMENTO BÁSICO AO MUNICÍPIO DE MARICÁ.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 27, caput, da Lei Complementar nº 184/2018, conforme Processo nº SEI-120228/000199/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a manutenção dos serviços públicos de esgotamento sanitário a cargo do Município de Maricá, admitindo-se sua operação até 31 de dezembro de 2028, cuja manutenção do caráter local do serviço será revisada por este Conselho Deliberativo a cada 3 (três) anos.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições que lhe sejam contrárias.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2021

CLÁUDIO CASTRO
Presidente

Id: 2328682

RESOLUÇÃO CD Nº 11 DE 19 DE JULHO DE 2021

DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÕES DE EXECUÇÃO DO INSTITUTO RIO METRÓPOLE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 13, § 4º da Lei Complementar nº 184/2018, e do art. 3º, §§ do Decreto nº 46.893/2019, conforme Processo nº SEI-120228/000199/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - O Instituto Rio Metrôpole poderá celebrar convênios e acordos de cooperação, com dispêndio financeiro ou sem ele, com os Municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro, no exercício regular de sua autonomia administrativa e financeira de natureza autárquica especial.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições que lhe sejam contrárias.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2021

CLÁUDIO CASTRO
Presidente

Id: 2328683

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA CEPERJ/PRESI Nº 8696 DE 09 DE JULHO DE 2021

SUBSTITUI TABELA DE REMUNERAÇÃO APROVADA PELA PORTARIA CEPERJ/PRESI Nº 8675, DE 19 DE JANEIRO DE 2021.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento no parágrafo único do Art. 4º da Portaria CEPERJ/PRESI nº 8675 de 19 de janeiro de 2021, e conforme o que consta no Processo nº SEI-150161/000107/2020, e,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de atualização dos valores praticados pela Fundação CEPERJ para que estejam alinhados à realidade do mercado;

- a necessidade de adequação e flexibilização dos custos de aplicação das provas dos concursos realizados pela Fundação CEPERJ;

- as demandas de atualização e inovação nos processos e atividades intrínsecas da Diretoria de Concursos e Processos Seletivos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica substituída a Tabela de Remuneração aprovada pelo Art. 4º e fixada no anexo único da Portaria CEPERJ/PRESI Nº 8675, de 19 de janeiro 2021, pela Tabela de Remuneração do anexo único da presente Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2021

GABRIEL RODRIGUES LOPES
Presidente

Acesse:

www.ioerj.com.br